

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.834 - MG (2019/0299449-4)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : DIEGO HENRIQUE FERREIRA PINTO (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEBORA GUIMARAES CESARINO - MG150319  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por DIEGO HENRIQUE FERREIRA PINTO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que, na impetração originária (HC n.º 1.0000.19.093587-4/000), denegou a ordem.

Consta nos autos que o Recorrente foi preso em flagrante, em 23/07/2019, surpreendido na posse de "*06 buchas de maconha e um tablete da mesma substância, pesando ao todo 170,30g e 32 invólucros de cocaína, pesando 63,40g além de embalagens comumente usadas para embalar drogas*" (fl. 118). Na audiência de custódia, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva (fls. 27-29).

A Defesa impetrou *habeas corpus*, que teve a ordem denegada, com a seguinte ementa (fl. 114):

**"HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA – ART. 310, II, C/C OS ARTS. 312 E 313, TODOS DO CPP – DECISÃO FUNDAMENTADA – ORDEM DENEGADA. 1. Atendidos os requisitos instrumentais do art. 313 do CPP, bem como presentes os pressupostos e ao menos um dos requisitos do art. 312 do CPP (garantia da ordem pública), deve ser a prisão preventiva mantida, não havendo que se falar em sua revogação, ou mesmo em substituição pelas medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP, pelo fato de estas se revelarem absolutamente insuficientes. 2. Denegado o habeas corpus."**

Nas razões recursais, o Recorrente sustenta que não estão presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva. Afirma que o "*juízo a quo não cuidou de demonstrar, de forma inequívoca, o risco concreto que a soltura do Paciente importaria à ordem pública, à conveniência da instrução criminal ou à aplicação da lei penal, ancorando-se apenas nos indícios de autoria e materialidade*" (fl. 131).

Requer (fl. 135):

# Superior Tribunal de Justiça

"- seja concedida a medida liminar, concedendo a liberdade irrestrita ao recorrente até ulterior julgamento do mérito, vez que preenchido os requisitos legais;

- seja dado provimento ao recurso ordinário constitucional para o fim de ser concedida a ordem de habeas corpus, permitindo-se ao recorrente que aguarde em liberdade o processamento da ação penal;

- alternativamente, caso não seja concedida a liberdade irrestrita, que outras medidas cautelares diversas da prisão sejam aplicadas ao recorrente."

É o relatório.

Decido o pedido liminar.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Todavia, ao menos por ora, não se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida no caso em apreço.

O acórdão atacado está assim fundamentado (fl. 118):

"Com efeito, as circunstâncias referidas (apreensão, de dupla variedade e relevante quantidade de substâncias entorpecentes – 06 buchas de maconha e um tablete da mesma substância, pesando ao todo 170,30g e 32 invólucros de cocaína, pesando 63,40g além de embalagens comumente usadas para embalar drogas, havendo suspeitas, ainda, de que o increpado atuava como 'gerente' do tráfico de drogas na região) denotam a maior gravidade concreta do episódio. Há motivos suficientes, portanto, ao menos por ora, para o cerceamento da liberdade individual do paciente em prol do interesse social.

Aliás, o Pretório Excelso e o augusto STJ têm entendido que a gravidade concreta do delito, evidenciada pelo modus operandi criminoso, é, sim, fundamento idôneo a sustentar a prisão cautelar, ao contrário do que aduz o impetrante."

Como se percebe, a decretação da prisão preventiva do Recorrente não se mostra, em princípio, desarrazoada ou ilegal, tendo sido amparada na suspeita de o Paciente ser o "gerente" (fl. 118) da mercancia, isto é, o responsável por organizar o tráfico de drogas na região e arredores, a justificar a segregação cautelar para garantia da ordem pública.

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO EM FLAGRANTE

# *Superior Tribunal de Justiça*

CONVERTIDA EM PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. PERICULOSIDADE DO AGENTE AFERIDA PELO MODUS OPERANDI. INDICAÇÃO NECESSÁRIA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. ORDEM DENEGADA.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que a determinação de segregar cautelarmente o réu deve efetivar-se apenas se indicada, em dados concretos dos autos, a necessidade da prisão (periculum libertatis), à luz do disposto no art. 312 do CPP.

2. O Juiz de primeira instância apontou concretamente a presença dos vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, ao indicar motivação suficiente para justificar a necessidade de manter o acusado, que foi apontado como gerente do tráfico, cautelarmente privado de sua liberdade, em razão do modus operandi adotado e da elevada quantidade e variedade de droga apreendida, indicativos da sua acentuada periculosidade.

3. *Ordem denegada.*" (HC 458.620/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 01/03/2019)

Concluo, assim, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações — pormenorizadas ao Juízo singular, especialmente sobre a situação prisional do Recorrente, a serem instruídas com senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora